

COGNIÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO EM DIÁLOGO COM A ANALÍTICA EXISTENCIAL

SOCIAL COGNITION AND DEVELOPMENT IN DIALOGUE WITH EXISTENTIAL ANALYTICS

Danrlei Lopes Souza¹

Resumo: A pretensão deste artigo é de apresentar um panorama geral sobre a possibilidade de entrecruzamento de temas entre a pesquisa em cognição social contemporânea, a psicologia do desenvolvimento e a analítica existencial proposta por Martin Heidegger. Nesse sentido, o trabalho é programático. Analisamos a noção de intencionalidade social (ser-com) como formulada em *Ser e Tempo* (1927), a discussão sobre cognição social, entre a teoria da mente e a teoria simulacional da mente e o desenvolvimento de intersubjetividade na infância neonatal. Pautamo-nos pela hipótese de que há um mútuo esclarecimento entre o estudo da cognição social, psicologia do desenvolvimento e a analítica existencial, de modo que uma área pode se beneficiar das contribuições de outras - sendo a análise da intencionalidade social na fenomenologia hermenêutica um exemplo desta abordagem.

Palavras-chave: Cognição social. Desenvolvimento. Analítica existencial. Heidegger. Fenomenologia hermenêutica.

Abstract: The aim of this article is to present an overview of the possibility of intertwining themes between research in contemporary social cognition, developmental psychology and the existential analytics proposed by Martin Heidegger. In this sense, the work is programmatic. We analyze the notion of social intentionality (being-with) as formulated in *Being and Time* (1927), the discussion on social cognition, between the theory of mind theory and the simulation theory of mind and the development of intersubjectivity in neonatal infancy. We are guided by the hypothesis that there is a mutual enlightenment between the study of social cognition, developmental psychology and existential analytics, so that one area can benefit from the contributions of others - the analysis of social intentionality in hermeneutic phenomenology being an example of this approach.

Keywords: Social cognition. Development. Existential analytics. Heidegger. Hermeneutic phenomenology.

1. Introdução

No contexto da analítica existencial, Martin Heidegger destaca o fato de que a existência humana (Dasein) não é de forma alguma uma existência isolada, mas desde sempre se dá em meio a outros humanos. Neste sentido, Dasein é ser-com (*Mitsein*). Se desde sempre a existência humana é uma existência “com outros”, então cabe analisar as características estruturantes dessa experiência também nos primeiros anos de vida, na

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista CAPES-DS. Email: danleisouza@mail.ufsm.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7752249984554351>. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9570-2042>

infância neonatal. Heidegger faz brevíssimas indicações sobre a relevância do problema da caracterização da existência infantil, sem debruçar-se mais extensamente sobre o tema². As dificuldades com a pesquisa fenomenológica desta etapa da vida são salientes, mas, na medida em que é uma etapa da existência humana, Heidegger indica formalmente que esta possui base de um caráter “essencialmente histórico, ainda que não reconhecamos esse caráter” (HEIDEGGER, 2008, p. 130).

Devido ao grande progresso das ciências cognitivas e da psicologia experimental do desenvolvimento que pode ser testemunhado nas últimas décadas, temos hoje possibilidades mais nítidas de análise da experiência vivida infantil. Temos uma imagem detalhada do mundo da infância e da forma como o infante experiencia a si mesmo, ao ambiente ao seu redor e às outras pessoas com que entra em contato, tendo sido abandonada a ideia de que nesta fase há uma cognição “desorganizada” ou confusa. A chave para elucidar o problema da socialidade na infância neonatal encontra-se nas abordagens ecológico-enativas da cognição, que privilegiam os aspectos ambientais e corporificados da experiência.

Nos últimos anos, a fenomenologia tem sido considerada por diversos teóricos uma área rica em úteis insights para problemas contemporâneos em filosofia da mente que tradicionalmente procuravam apoio em evidências oriundas das ciências cognitivas. Mais do que isso, também foi proposto que estas evidências poderiam auxiliar o estudo das estruturas da intencionalidade da consciência, no que foi chamado de um “mútuo esclarecimento” (GALLAGHER, 1997; GALLAGHER; ZAHAVI, 2008). Nesse sentido, o tratamento do problema da intencionalidade social infantil pelo viés de uma análise colaborativa entre as evidências empíricas da psicologia experimental do desenvolvimento e a tradição fenomenológica encontra plena atualidade. Ademais, os trabalhos de autores e autoras do chamado cânone da tradição fenomenológica, como Husserl, Sartre, Merleau-Ponty, Edith Stein e Schutz foram largamente inseridos nesta tendência, enquanto que as possíveis contribuições da fenomenologia hermenêutica de Heidegger receberam pouca atenção.

² Para uma análise detalhada do tema do *Dasein* infantil, ver: REIS, R. Desenvolvimento existencial e existência neonatal. In. DE SOUZA, D., BAVARESCO, A., TAUCHEN, J. (orgs.): *Sub specie aeternitatis: Festschrift for Nythamar de Oliveira*. Porto Alegre: Ed. Fundação Fênix, 2020.

2. Ser-com

Uma das estruturas existenciais básicas do Dasein é ser-no-mundo. A partir da decomposição do termo “ser-no-mundo”, contempla-se a estrutura do ser-em, contendo em si diversos modos, como o próprio Heidegger aponta: “ter de se haver com algo, produzir algo, cultivar algo e cuidar de algo, empregar algo, abandonar algo, etc” (HEIDEGGER, 2012, p. 179, SZ 56). Deve-se compreender que o Dasein é ser-no-mundo não no sentido de que está “dentro” do mundo, como uma carteira está dentro do porta-luvas do carro, mas sim que o Dasein é no mundo no sentido de que ocupa-se (*Besorgen*) com os entes que aparecem para si no cotidiano. Os entes com os quais o Dasein vem a ocupar-se no cotidiano como algo usado ou empregado são utensílios (*Zeug*), que possuem o caráter de disponibilidade (*Zuhandenheit*). Isto significa que, antes de tudo, nossa orientação para o mundo se dá através de um envolvimento pragmático com entes em contextos cotidianos (GALLAGHER; JACOBSON, 2012, p. 213).

O mundo do Dasein, contudo, não é formado apenas por entes utensiliares disponíveis, mas também por outros Daseins. Nesse sentido, a sua existência tem o caráter fundamental de ser-com (*Mitsein*). Importante é a nota de que Heidegger não usa o termo em voga na fenomenologia para designar o fenômeno dos outros, a saber, intersubjetividade. O uso do termo provocaria um pseudoproblema de teor cartesiano; “inter-subjetividade” indica que “há uma subjetividade isolada, A, frente à uma segunda subjetividade isolada, B, e o problema é como A pode compreender B, e vice-versa” (GALLAGHER; JACOBSON, 2012, p. 214). A questão é que ontologicamente o Dasein é ser-com; em outras palavras, ser-com é uma estrutura constitutiva da existência que fornece condições de possibilidade para a relação intersubjetiva.

Da mesma forma que os entes utensiliares, o Dasein encontra outros Daseins também em contextos pragmáticos cotidianos. Mais do que isso: o Dasein encontra sua própria identidade na vida cotidiana com entes nesses contextos pragmáticos, de modo que a socialidade representa uma condição normativa de seu “quem”; o “a-gente” (*das Man*) constitui uma parte importante de sua identidade, e o Dasein acaba por se caracterizar como um “outro alguém”. A própria significatividade da intencionalidade de utensílios é condicionada pela estrutura do ser-com, de modo que “todo comportamento para com algo enquanto algo é qualificado pela relação com outros entes que são Dasein” (REIS, 2014, p. 147).

O envolvimento do Dasein com outros Daseins em contextos pragmáticos cotidianos pode ser ilustrado da seguinte forma: ao voltar-se para uma xícara, uma colher, uma casa etc, apreendemos nesta relação não só seus significados enquanto entes disponíveis qua algo, mas que esses entes remetem também a alguém. Um dos exemplos que Heidegger usa é o do barco ancorado junto à praia, que “remete, ao seu ser-em-si, a um conhecido, que nele faz suas excursões, mas que, como ‘barco alheio’, aponta para outros” (HEIDEGGER, 2012, p. 341, SZ 118). Ademais, compreendemos outros Daseins em sua lida mundana com entes. À esta forma de intencionalidade que temos de outros Daseins cabe o uso do termo *Mitdasein*.

Em suma, Heidegger recusa a ideia de que compreendemos uma outra pessoa de forma teórica, ou que nossas relações são essencialmente de ordem cognitiva. Gallagher afirma que sua análise da estrutura do ser-com pode oferecer uma crítica fenomenológica às abordagens contemporâneas em cognição social, apresentadas no debate em teoria da mente.

3. Teorias contemporâneas em cognição social

Dentro do framework do debate em teoria da mente existem duas posições dominantes: a chamada teoria-teoria da mente e a teoria simulacional da mente. A expressão “teoria da mente” designa basicamente “nossa capacidade de atribuir estados mentais para si mesmo e para outros e interpretar, predizer e explicar o comportamento em termos de estados mentais como intenções, crenças e desejos” (GALLAGHER; ZAHAVI, 2012, p. 171 *apud* PREMACK; WOODRUFF, 1978, p. 515). A teoria-teoria é a tese de que o indivíduo precisa lançar mão de uma teoria – frequentemente extraída de uma psicologia folk - para atribuir um estado mental x para outra pessoa, enquanto que a teoria simulacional, semelhante ao argumento por analogia, é a tese de que a compreensão que temos do estado mental de outra pessoa é baseada em simulações, no sentido de que nos colocamos no lugar da outra pessoa, não sendo necessário uma teoria, mas apenas nossa própria mente.

As duas posições do debate caem em mais uma forma de pseudoproblema. Já se assume de antemão, ao considerar essas posições, que não possuímos acesso direto à outra mente, e por isso precisamos inferir, teorizar ou simular o que se passa com ela. Portanto, há uma tentativa de “ler a mente” (*mindreading*) que nos é oculta. O problema está posto de maneira errada, pois “não encontramos os outros como problemas teóricos que

precisamos explicar; encontramos os outros como agentes já engajados conosco em um projeto significativo” (GALLAGHER; JACOBSON, 2012, p. 217).

Do mesmo modo, abordagens que levam em conta o conceito de empatia (*Einfühlung*) também caem no mesmo erro de princípio, pois tal experiência, enquanto considerada uma “primeira ponte ontológica” entre duas subjetividades, já pressupõe a ideia de que existimos todos de uma maneira isolada e que minha subjetividade está como que fechada para outra. Contudo, o fato de que já vivemos imersos em um contexto com outros é o que permite a experiência empática; em outras palavras, a empatia é derivada do fato de que Dasein é ser-com, porque a socialidade é co-originária à estrutura de ser-no-mundo da existência. Deste modo, tais estratégias baseadas em teorias, simulações e empatia “são apenas possíveis porque ser-com já é nosso modo padrão de encontrar os outros” (GALLAGHER; JACOBSON, 2012, p. 219).

Gallagher e Jacobson consideram que a análise heideggeriana da intencionalidade social é bastante consistente para objetar as teorias dominantes em cognição social, que dizem respeito às posições do debate em teoria da mente. No entanto, não há um resultado satisfatório em propor uma crítica sem oferecer uma teoria para colocar em seu lugar. O passo adiante é dado por Gallagher na sua teoria da interação.

4. Desenvolvimento da intersubjetividade na infância neonatal

Colocamos anteriormente que o processo de leitura (*mindreading*) como proposto pelas teorias *standard* em cognição social parte do pressuposto de que existem estados mentais “ocultos” em outros indivíduos, os quais devemos desvendar de uma maneira ou outra a partir de seus comportamentos – teorizando ou simulando. A teoria da interação consiste em uma outra maneira de ver a cognição social, não em termos de processos de *mindreading*, mas “em termos de processos corporificados e enativos de interação” (GALLAGHER, 2020, p. 99). Desse modo, tal teoria realiza uma mudança significativa na forma de ver a própria mente, não como algo que fica “dentro do crânio”, mas como algo que envolve elementos corpóreos, que está mergulhada em um ambiente que fornece as possibilidades (*affordances*) de cognição e que é estendida. Nesse sentido, estados mentais são processos corporificados dinâmicos, e de forma alguma são algo escondido e recluso na cabeça do indivíduo.

A abordagem interacionista fornece a chave para compreendermos a intencionalidade social infantil, pois, ao ser formulada considerando pressupostos de

ordem ecológico-enativa, desviamos do apelo experimental do debate em teoria da mente, a saber, de que os testes de falsa crença mostram que apenas aos 3 ou 4 anos infantes adquirem a capacidade de atribuir estados mentais a outros (FRITH; HAPPÉ, 1999, pp. 3-4)³. A psicologia experimental do desenvolvimento reconhece que as interações com outras pessoas iniciam desde o primeiro momento após o nascimento, estruturando sua emergência a partir de três estágios: intersubjetividade primária, intersubjetividade secundária e desenvolvimento de competências comunicativas e narrativas.

O uso do termo “intersubjetividade” tem aqui a significação proposta por Rochat e Striano (2010). Segundo os pesquisadores, o termo engloba “o senso de experiência compartilhada que emerge da reciprocidade” (ROCHAT; STRIANO, 2010, p. 5), sendo tal reciprocidade um fato desde o primeiro momento de vida do infante. Intersubjetividade implica uma diferenciação básica entre o “eu” (self) e os outros que sempre está presente, desde o primeiro momento de sua vida. Essa constatação levou a revisão de uma importante consideração efetuada por Merleau-Ponty nos seus trabalhos sobre desenvolvimento infantil: que haveria um adualismo ou sincretismo associal na fase inicial ou neonatal do infante, de modo que não haveria tal diferenciação entre “eu” e “não-eu”.⁴

A intersubjetividade primária consiste no “desenvolvimento inato ou inicial de capacidades sensório-motoras que nos traz para dentro de relações com outros e nos permite interagir com estes” (GALLAGHER, 2020, p. 101). Infantes possuem desde cedo um senso de movimento e propriocepção, respondem a certos tipos de entidades que se apresentam no ambiente ao seu redor e são capazes de distinguir entre objetos inanimados e agentes. Importante é que eles respondem de formas particulares frente à face humana,

³ O teste de falsa crença é um experimento paradigmático para a legitimação de atribuição de teoria da mente em infantes. Sua versão simples é a seguinte: uma criança descobre que uma caixa de giz de cera contém na verdade velas. Outra pessoa, ou um fantoche, entra na sala. A criança é questionada sobre o que a outra pessoa ou o fantoche vai pensar sobre o que dentro da caixa de giz de cera. A resposta correta é que a pessoa, ou fantoche, vai acreditar que há precisamente giz de cera dentro da caixa. Se a criança responde corretamente, ela possui, em tese, teoria da mente, pois é capaz de inferir uma crença alheia e de compreender que crenças podem ser distintas de eventos do mundo real.

⁴ Considerando que estamos falando sobre o estágio neonatal da vida do infante, fica claro que o tipo de atribuição de self e de diferenciação entre self e “não-self” não é de ordem conceitual, exatamente porque o infante não possui capacidades linguísticas ou de sofisticadas representações. Neisser (1991) propõe a existência de aspectos perceptivamente dados do self que estão presentes já na infância neonatal: o self ecológico e o self interpessoal. O self ecológico é “corporificado e espontaneamente ativo”(p. 202); tem a ver com a propriocepção do infante, que sabe por exemplo que a perna que vê é sua, e que a imagem de suas pernas projetada em uma tela no seu colo, não é realmente sua perna - o que evidencia uma diferenciação entre si próprio e o ambiente. O self interpessoal é ativado, por exemplo, durante as trocas afetivas entre mãe e bebê, em que este “responde afetivamente ao contato corporal e à vocalização maternal” (p. 205).

distintas de objetos inanimados (JOHNSON et al., 1998) e possuem a capacidade de efetuar respostas imitativas (MELTZOFF; MOORE, 1977) que revelam uma “correspondência entre informação visual e informação motora proprioceptiva” (ROCHAT; STRIANO, 2010, p. 15). Aos dois meses de idade, o infante é capaz de seguir os movimentos da cabeça e o olhar de outra pessoa e de estabelecer uma relação de sintonia (*attunement*) afetiva e temporal com a pessoa com a qual interage, respondendo de pronto aos gestos e vocalizações desta. Entre os cinco e sete meses de idade, infantes são capazes de detectar correspondências entre informações visuais e auditivas que especificam a expressão de emoções (GALLAGHER, 2020, p. 103). Esta etapa é caracterizada por uma orientação contemplativa que consiste basicamente no desenvolvimento de um senso de experiência compartilhada em contextos diádicos (GALLAGHER; STRIANO, 2010, p. 14).

A fase neonatal infantil é caracterizada sobretudo por importantes transições. A chamada “revolução dos nove meses” (*Nine-Month Revolution*) representa o “desenvolvimento de competências sociais triádicas” (ROCHAT; STRIANO, 2010, p. 24) e indica o surgimento da intersubjetividade secundária. Enquanto que na fase primária as relações são imediatas pessoa à pessoa ou diádicas, na fase secundária o infante “entra em contextos de atenção compartilhada (*joint attention*) – situações compartilhadas – a partir dos quais começa a aprender como as pessoas se envolvem com as coisas, e o que tais coisas significam” (GALLAGHER, 2020, p. 106). Nesse sentido, o infante passa a ver os outros em termos de possibilidades de ação conjunta (*joint action*), de modo a expressar uma relação que leva em conta contextos pragmáticos em que operam intenções e ações orientadas para uma certa meta. Como Gallagher e Zahavi bem pontuam, “expressões, entonações, gestos, e movimentos, junto dos corpos que os manifestam, não flutuam livremente no ar; nós os encontramos no mundo” (2008, p. 189). É a capacidade de unir ações à contextos pragmáticos que, grosso modo, define a intersubjetividade secundária.

Para além das etapas primárias e secundárias da intersubjetividade, o infante passa a adquirir uma compreensão mais complexa e nuançada das ações das pessoas por volta dos 2 anos de idade. O desenvolvimento de capacidade linguística vem acompanhado de competências comunicativas e narrativas que desempenham um papel importante na vida social do infante. Ora, se uma pessoa age de uma forma enigmática para ti, “de longe o mais fácil e confiável modo de ganhar tal informação” do porquê ela está agindo daquela determinada maneira “é empregar habilidades conversacionais e pedir à pessoa uma

explicação” (GALLAGHER; ZAHAVI, 2008, p. 193). A narrativa tem presença pervasiva no nosso dia a dia, e desempenha uma função crucial no modo como compreendemos os outros. Nesse sentido, importante é a hipótese da prática narrativa (HPN) defendida por Hutto (2007) no sentido de que “as crianças normalmente atingem um entendimento engajando-se em práticas narrativas (*story-telling practices*) com o apoio de outras pessoas” (p. 53). Situar as ações de outros em narrativas é fundamental para compreender as razões que a levaram àquela ação.

Imprescindível é ter em mente que os elementos apresentados nestas etapas não são abandonados ao passo que a criança avança no seu desenvolvimento, de modo que são apenas sobrepostos e permanecem durante toda a vida do indivíduo.

5. Limites e possibilidades da análise do ser-com em relação à cognição social infantil neonatal

Em termos interacionistas, Gallagher ressalta que a análise heideggeriana do ser-com falha em considerar a intersubjetividade primária, correspondendo à intersubjetividade secundária, na qual o encontro com outras pessoas se dá em consideração ao contexto pragmático no qual se está inserido, compreendendo como uma rede de possibilidades de ação. Ser-com é ser “no modo do mundo”, isto é, constitui uma solicitude (*Fürsorge*) que é fortemente amarrada à circunspeção da disponibilidade” (GALLAGHER; JACOBSON, 11 2012, p. 24). A crítica de Gallagher atinge sua maior força ao apontar que na analítica existencial não aparecem os elementos corporificados, sensório-motores e afetivos constituintes da intersubjetividade primária que caracteriza a experiência social do recém-nascido. De certo modo, o Dasein seria desencarnado; Heidegger não considera o encontro face a face com o outro, tão importante na relação entre mãe e recém-nascido, e não considera expressões corporais e emocionais que estão envolvidas no encontro com outros. A única forma de relação que restaria seria a que tem em vista o mundo, uma comunicação apenas para as lidas de nosso cotidiano.

Esse ponto, dir-se-ia, poderia retirar a fenomenologia hermenêutica de Heidegger do framework das abordagens colaborativas entre fenomenologia e psicologia experimental do desenvolvimento. Contudo, o trabalho de Vasterling (2015), enquanto uma consideração cognitiva da fenomenologia hermenêutica, pode fornecer novos *insights* para as análises desenvolvimentais, de modo a “elucidar a dinâmica de desenvolvimento da estrutura existencial da compreensão” (REIS, 2020a, p. 28). A

cognição hermenêutica seria estruturada da seguinte forma: 1) familiaridade com possibilidades de ação e compreensão direta e 2) compreensão narrativa e cognição representacional. A primeira estrutura é alcançada pelo infante neonatal e é de ordem pré-reflexiva e pré-predicativa, enquanto que a segunda é dependente de uma capacidade simbólica e de competências narrativas. Ademais, uma perspectiva estendida em segunda pessoa tem primazia na interação compreensiva com os contextos intencionais de significação, o que remete à socialidade ontológica da existência apresentada na análise do ser-com.

A primazia da perspectiva estendida em segunda pessoa (“tu”) possuiria três argumentos, segundo Vasterling: (1) um argumento hermenêutico, (2) um argumento empírico fornecido pela psicologia experimental do desenvolvimento e (3) um argumento advindo da teoria da interação de Shaun Gallagher. O argumento hermenêutico advém da análise existencial de Heidegger da intencionalidade social que já delineamos anteriormente. O argumento empírico consiste nas evidências experimentais correspondentes às etapas da intersubjetividade na infância neonatal; passo a passo, entre as fases primária e secundária, uma simples orientação contemplativa em segunda pessoa se torna estendida, pois o infante possui cada vez mais familiaridade com o mundo ao seu redor em seu desenvolvimento. Desse modo, a atenção do infante “é envolvida por um mundo circundante que começa a fazer mais e mais sentido para ele, estendendo assim a perspectiva em segunda pessoa de modo a incluir o mundo no qual há a interação” (VASTERLING, 2015, p. 1157). O argumento advindo da teoria interacional diz respeito ao fato de que a teoria formulada por Gallagher destaca o papel da orientação em segunda pessoa no modo como interagimos com outras pessoas e de como tal relação pode moldar nossa própria compreensão de mundo (GALLAGHER, 2009, p. 297).

6. Considerações finais

Por certo, a fenomenologia está rumando para caminhos nunca antes trilhados. Como afirma Gallagher, tal disciplina filosófica não será como no passado (2012, p. 304). A fenomenologia continuará a ter um importante papel em problemas filosóficos, mas devemos considerar que em diálogo com outras áreas, como a psicologia e as ciências cognitivas, ela amplia seu escopo de atuação e se torna uma disciplina com bases mais fortes.

Sem dúvida, uma das áreas que mais tem se beneficiado das contribuições da fenomenologia é a dos estudos de intersubjetividade ou da socialidade. E inúmeros *insights* advindos das pesquisas em psicologia do desenvolvimento têm sido obtidos. Como aponta Gallagher (2012, p. 311):

Em contraste com a ênfase na leitura da mente (*mindreading*) nas abordagens padrões de “teoria da mente” em filosofia da mente e psicologia, fenomenólogos, citando evidências de estudos desenvolvimentais de jovens infantes e estudos fenomenológicos e comportamentais de adultos, enfatizam a importância de movimentos corporais, gestos, expressões faciais, contato de olhar, atenção compartilhada, e ações em contextos ricos e culturalmente definidos que são ambos pragmáticos e sociais.

E nesse sentido, algumas formulações da tradição fenomenológica devem ser revistas à luz das pesquisas empíricas. É célebre a afirmação de Gadamer: “*Mitsein*, para Heidegger, foi uma concessão que ele teve que fazer, mas algo que ele nunca apoiou (...) é, na verdade, uma ideia muito fraca do outro” (2004, p. 23). De certo modo, Gadamer é certo; existem muitos aspectos da relação intersubjetiva que escapam à teoria heideggeriana, mas isso não significa que essa teoria não tenha seus méritos. Ela não deve ser jogada fora. Contudo, os resultados empíricos mostram que é inevitável uma certa revisão.

Referências

- BREMNER, G; WACHS, T. (orgs.) *The Wiley-Blackwell handbook of infant development*. Oxford: Blackwell, 2010 (2ed.).
- FRITH, U; HAPPÉ, F. Theory of mind and self-consciousness: what is it like to be autistic? *Mind and Language*, v. 14, pp. 1-22, 1999.
- GADAMER, H.G. *A century in philosophy: Hans-Georg Gadamer in conversation with Riccardo Dottori*. New York: Continuum, 2004.
- GALLAGHER S. *Action and Interaction*. Oxford: Oxford University Press, 2020.
- _____. Mutual enlightenment: recent phenomenology in cognitive sciences. *Journal of Consciousness studies*, 4, No. 3, pp. 195–214, 1997.
- _____. Taking stock of phenomenological futures. *The Southern Journal of Philosophy*, v. 50, n. 2, pp. 304-318, 2012.
- GALLAGHER, S. JACOBSON, R. Heidegger and Social Cognition. In: KIVERTEIN, J; WHEELER, M. (orgs.). *Heidegger and Cognitive Science*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- GALLAGHER, S; ZAHAVI, D. *The phenomenological mind: an introduction to philosophy of mind and cognitive sciences*. London; New York: Routledge, 2008.
- HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Tradução de Fausto Castilho. Petrópolis; Campinas: Ed. Vozes; Ed. Unicamp, 2012.

- _____. *Introdução à filosofia*. Tradução de Marco Casanova. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.
- HUTTO, D. The Narrative Practice Hypothesis: Origins and Applications of Folk Psychology. *Royal Institute of Philosophy supplements*, v. 60, pp. 43-68, 2007.
- JOHNSON, A. Interpreting infancy: a response to Simms. *The Humanistic Psychologist*, vol. 22, n.1, pp. 88-97, 1994.
- JOHNSON, S. (et al.). Whose gaze will infants follow? The elicitation of gaze-following in 12-month-olds. *Developmental Science*, v. 1, n. 2, pp. 233-238, 2002.
- MELTZOFF, A.; MOORE, M. Imitation of facial and manual gestures by human neonates. *Science*, v. 198, n. 4312, pp. 75-78, 1977.
- MERLEAU-PONTY, M. *The primacy of perception*. Trad. James M. Edie. Northwestern University Press: 1964.
- NEISSER, U. Two perceptually given aspects of the self and their development. *Developmental Review*, vol. 11, pp. 197-209, 1991.
- PREMACK, D; WOODRUFF, G. Does the chimpanzee have a theory of mind? *Behavioral and Brain Sciences*, v. 1, 4, 515-526, 1978.
- REIS, R. A Fenomenologia da Percepção Animal nos Conceitos Fundamentais da Metafísica. *Revista Dissertatio de Filosofia*, v. 48, p. 124-144, 2018.
- _____. Fenomenologia hermenêutica e psicologia experimental do desenvolvimento. *Ekstasis: Revista de Fenomenologia e Hermenêutica*, 2020.
- _____. Verdade e sacrifício na intencionalidade social. *O Que nos Faz Pensar* (PUCRJ), v. 36, p. 145-170, 2015
- ROCHAT, P. (org.) *Early social cognition: understanding others in the first months of life*. London; New York: Psychology Press, 2014.
- _____. *Others in mind: social origins of self-consciousness*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- _____. Self-conscious roots of human normativity. *Phenomenology and cognitive sciences*, vol. 14, n. 4, pp. 741-753, 2015.
- _____. *The infant's world*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.
- _____. Early development of the ecological self. In: DENT-READ, C; ZUKOW-GOLDRING P.: *Evolving explanations of development: ecological approaches to organism-environment systems*. American Psychological Association, 1997.
- SIMMS, E. The infant's experience of the world: Stern, Merleau-Ponty and the phenomenology of the preverbal self. *The Humanistic Psychologist*, vol. 21, pp. 27-40, 1993.
- VASTERLING, V. Heidegger's hermeneutic account of cognition. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, v. 14, n. 4, pp. 1145-1163, 2015.
- VINCINI, S; GALLAGHER, S. Developmental phenomenology: examples from social cognition, *Continental Philosophy Review*, v. 54, n. 2, pp. 183-199, 2021.
- VARELA, F; THOMPSON, E; ROSCH, E. *The embodied mind*. Cambridge: MIT Press, 2016.
- ZAHAVI, D. *Self and other*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

Recebido em: 31/11/2021

Aprovado em: 01/07/2022